

## Controladoria-Geral da União

## SECRETARIA EXECUTIVA

## DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

## EDITAL CGU Nº 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2022

## CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA OS CARGOS DE AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS DE CONTROLE E TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE

A Diretora de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Controladoria Geral da União (CGU), no uso de suas atribuições, torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Concurso CGU nº 1, de 22 de dezembro de 2021 (edital de abertura).

Na Tabela 1 do item 3.1,

ONDE SE LÊ:

Tabela 1:

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR								
Taxa de Inscrição: R\$ 120,00								
Carga Horária: 40h semanais								
QUADRO DE VAGAS								
Cargo	Remuneração Inicial	Área de Especialização da Prova	Região	Estado	Vagas			Total de Vagas
					Ampla	Negros	PCD	
Auditor Federal de Finanças e Controle - AFFC	R\$ 19.197,06	CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	ORGÃO CENTRAL	DF	39	12	3	54

LEIA-SE:

Tabela 1:

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR								
Taxa de Inscrição: R\$ 120,00								
Carga Horária: 40h semanais								
QUADRO DE VAGAS								
Cargo	Remuneração Inicial	Área de Especialização da Prova	Região	Estado	Vagas			Total de Vagas
					Ampla	Negros	PCD	
Auditor Federal de Finanças e Controle - AFFC	R\$ 19.197,06	CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	ORGÃO CENTRAL	DF	40	11	3	54

No Anexo 1 - conteúdo programático, nível superior - auditor federal de finanças e controle, conhecimentos especializados para a área de contabilidade e finanças, na disciplina auditoria governamental,

ONDE SE LÊ:

"AUDITORIA GOVERNAMENTAL. 1 O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal: finalidades, atividades, organização e competências (Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 3591/2000). 2 Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal - MOT 2017. 3 Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de julho de 2017. 4 Orientação Prática: Relatório de Auditoria, aprovado pela Portaria nº 1.037, de 7 março de 2019. 5 Orientação Prática: Auditoria Anual de Contas, aprovado pela Portaria nº 2.035, de 28 de junho de 2019. 6 NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração. 6.1 NBC TA 210(R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. 6.2 NBC TA 230(R1) - Documentação de Auditoria. 6.3 NBC TA 240 (R1) Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis. 6.4 NBC TA 250 - Consideração de Leis e Regulamentos na Auditoria de Demonstrações Contábeis. 6.5 NBC TA 320 (R1) - Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria. 6.6 NBC TA 330 (R1) - Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados. 6.7 NBC TA 450 (R1) - Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria. 6.8 NBC TA 500 (R1) - Evidência de Auditoria. 6.9 NBC TA 505 - Confirmações Externas. 6.10 NBC TA 520 - Procedimentos Analíticos. 6.11 NBC TA 550 - Partes Relacionadas. 6.12 NBC TA 560 (R1) - Eventos Subsequentes. 6.13 NBC TA 600 (R1) - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis de Grupos, incluindo o Trabalho dos Auditores dos Componentes. 6.14 NBC TA 610 - Utilização do Trabalho de Auditoria Interna. 6.15 NBC TA 620 - Utilização do Trabalho de Especialistas. 6.16 NBC TA 805 - Considerações Especiais - Auditoria de Quadros Isolados das Demonstrações Contábeis e de Elementos, Contas ou Itens Específicos das Demonstrações Contábeis. 7 Tópicos Específicos de Auditoria Interna. 7.1 Estrutura Internacional de Práticas Profissionais do Instituto dos Auditores Internos (IPPF/IIA). 7.2 O papel da auditoria interna na gestão de riscos. 7.3 O modelo de três linhas. 7.4 Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016."

LEIA-SE:

"AUDITORIA GOVERNAMENTAL. 1 O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal: finalidades, atividades, organização e competências (Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 3591/2000). 2 Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal - MOT 2017. 3 Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de julho de 2017. 4 Orientação Prática: Relatório de Auditoria, aprovado pela Portaria nº 1.037, de 7 março de 2019. 5 Orientação Prática: Auditoria Anual de Contas, aprovado pela Portaria nº 2.035, de 28 de junho de 2019. 6 NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração. 6.1 NBC TA 200(R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. 6.2 NBC TA 230(R1) - Documentação de Auditoria. 6.3 NBC TA 240 (R1) Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis. 6.4 NBC TA 250 - Consideração de Leis e Regulamentos na Auditoria de Demonstrações Contábeis. 6.5 NBC TA 320 (R1) - Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria. 6.6 NBC TA 330 (R1) - Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados. 6.7 NBC TA 450 (R1) - Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria. 6.8 NBC TA 500 (R1) - Evidência de Auditoria. 6.9 NBC TA 505 - Confirmações Externas. 6.10 NBC TA 520 - Procedimentos Analíticos. 6.11 NBC TA 550 - Partes Relacionadas. 6.12 NBC TA 560 (R1) - Eventos Subsequentes. 6.13 NBC TA 600 (R1) - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis de Grupos, incluindo o Trabalho dos Auditores dos Componentes. 6.14 NBC TA 610 - Utilização do Trabalho de Auditoria Interna. 6.15 NBC TA 620 - Utilização do Trabalho de Especialistas. 6.16 NBC TA 805 - Considerações Especiais - Auditoria de Quadros Isolados das Demonstrações Contábeis e de Elementos, Contas ou Itens Específicos das Demonstrações Contábeis. 7 Tópicos Específicos de Auditoria Interna. 7.1 Estrutura Internacional de Práticas Profissionais do Instituto dos Auditores Internos (IPPF/IIA). 7.2 O papel da auditoria interna na gestão de riscos. 7.3 O modelo de três linhas. 7.4 Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016."

No Anexo 1 - conteúdo programático, nível superior - auditor federal de finanças e controle, conhecimentos especializados para a área de correição e combate à corrupção, na disciplina direito civil e processual civil,

ONDE SE LÊ:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1. Princípios Constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal: princípio do devido processo legal e seus consectários lógicos: princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural."

LEIA-SE:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1. Princípios Constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Civil: princípio do devido processo legal e seus consectários lógicos: princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural."

Os demais itens do Edital de Concurso CGU nº 1, de 22 de dezembro de 2021, permanecem válidos e inalterados.

## VIVIAN VIVAS

- Recife/PE ou <https://www.gov.br/compras/edital/200090-5-00001-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 17/01/2022 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 28/01/2022 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

SARA DANIELA SANTOS MAMEDE

Pregoeira

(SIASGnet - 13/01/2022) 200100-00001-2022NE000001

## PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a HOSPITAL PALMAS MEDICAL LTDA. Objeto: O presente termo aditivo destina-se a alterar a CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO. Data de Assinatura: 19/11/2021. Assinatura: pelo Credenciante Sônia Márcia Fernandes Amaral e pela Credenciada Guilherme Coutinho Borges. Processo nº 1.36.000.000411/2019-13.

## COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DOCUMENTAÇÃO

## EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Reajuste do valor mensal do contrato nº 39/2018 dos atuais r\$ 26.088,59 (vinte e seis mil, oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) para r\$ 31.687,20 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), em conformidade com o previsto na sua cláusula décima, com efeitos a contar de 22 de dezembro de 2021.

(COMPRASNET 4.0 - 14/01/2022).'

## Ministério Público da União

## SECRETARIA-GERAL

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022 - UASG 200090

Nº Processo: 126003999/2021-10. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, anual e de forma parcelada e em regime de comodato, de água mineral sem gás de fonte natural, acondicionada em garrafas de 20 litros, durante o exercício 2022, à Procuradoria da República em Pernambuco, conforme especificações (ANEXO I) e consoante as demais condições estatuídas neste edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/01/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Governador Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro, Espinheiro

